

A INTERLOCUÇÃO ENTRE A PESQUISA E A EXTENSÃO NO ESTUDO DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

UM RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DO PROJETO TRILHAS FORMATIVAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS

THE INTERPLAY BETWEEN RESEARCH AND OUTREACH IN THE STUDY OF EDUCATION FINANCING IN BRAZIL

AN EXPERIENCE REPORT FROM THE TRAINING PATHWAYS IN EDUCATIONAL POLICIES PROJECT

Submissão:
21/11/2025
Aceite:
07/05/2026

Sanzia Cicimaria Coelho Cortez ¹  <https://orcid.org/0009-0005-0170-9999>
Clodoaldo Farias de Andrade ²  <https://orcid.org/0009-0002-2397-5321>
Ciclene Alves da Silva ³  <https://orcid.org/0000-0002-2704-5415>
Aliny Cristina Silva Alves ⁴  <https://orcid.org/0000-0002-7719-4814>
Allan Solano Souza ⁵  <https://orcid.org/0000-0002-4963-0922>
Fabrício Aarão Freire Carvalho ⁶  <https://orcid.org/0000-0002-4753-2560>

Resumo

A pesquisa analisa as interfaces entre a extensão universitária e o financiamento da educação básica, a partir da experiência do Grupo de Estudos em Financiamento da Educação no projeto de extensão “Trilhas Formativas em Políticas Educacionais”, vinculado à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN, tendo como objetivo, revelar a experiência de extensão universitária na interlocução dos debates sobre o financiamento da educação básica no Brasil. Trata-se de um estudo qualitativo, fundamentado na abordagem histórico-dialética, utilizando o método dos Núcleos de Significação nos textos acadêmicos sobre o financiamento na educação básica. Os resultados evidenciam três núcleos: o financiamento como expressão da luta social pelo fundo público; a redistribuição como princípio de justiça educacional e a extensão como mediação entre conhecimento e transformação social. Conclui-se que a articulação entre extensão e pesquisa fortalece a universidade pública como espaço de resistência e emancipação, essencial à efetivação do direito à educação.

Palavras-chave: Extensão universitária; Financiamento da educação básica; FUNDEB; Equidade educacional.

¹ Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN sanziacortez@gmail.com

² Doutorando em Educação pela Universidade do Federal do Rio Grande do Norte-UFRN cfacaio@yahoo.com.br

³ Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN ciclenealves@uern.br

⁴ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Pará, Pará-Brasil aliny.alves@gmail.com

⁵ Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN allansouza@uern.br

⁶ Docente pela Universidade do Federal do Pará, Pará-Brasil fafc33@gmail.com

Abstract

The research analyzes the interfaces between university extension and the financing of basic education, based on the experience of the Study Group on Education Financing in the extension project “*Formative Pathways in Educational Policies*”, linked to the State University of Rio Grande do Norte (UERN), revisiting the objective to align it with what was effectively carried out. It is a qualitative study, grounded in the historical-dialectical approach, using the Method of Meaning Cores to examine academic texts on the financing of basic education in Brazil. The results reveal three cores: financing as an expression of the social struggle for public funds; redistribution as a principle of educational justice and extension as mediation between knowledge and social transformation. It concludes that the articulation between extension and research strengthens the public university as a space of resistance and emancipation, essential for the realization of the right to education and equity.

Keywords: University extension; Basic education funding; FUNDEB; Educational equity.

Introdução

O debate sobre o financiamento da educação básica no Brasil constitui um dos eixos importantes da agenda pública educacional, especialmente quando se trata de compreender as tensões entre redistribuição e equidade no contexto federativo. Em um país profundamente desigual, o financiamento educacional se revela mais do que um aspecto técnico de alocação de recursos: trata-se de um campo de disputa política e social, no qual se expressam diferentes projetos de sociedade e de educação. Nesse cenário, a extensão universitária assume papel essencial ao promover o diálogo entre universidade e comunidade, socializando saberes críticos e fortalecendo a formação cidadã.

Criado em 2021, no contexto da pandemia de COVID-19, o projeto de extensão *Trilhas Formativas em Políticas Educacionais*, vinculado à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), surgiu como resposta às restrições do isolamento social e à necessidade de preservar o vínculo entre universidade e comunidade, no horizonte de articulação entre conhecimento acadêmico e realidade social.

O formato *on-line* ampliou o acesso e permitiu a construção de trilhas formativas voltadas à reflexão crítica sobre políticas públicas educacionais, inclusive com pesquisadores de outras cidades e estados, a exemplo da Universidade Federal do Pará (UFPA), através do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas para a Educação Básica (GEPPEB), que, no ano de 2025, participou dos encontros de estudos *on-line*. Este movimento reflete a concepção de uma extensão universitária transformadora, comprometida com a democratização do conhecimento e a efetivação do direito à educação, reafirmando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

No contexto do projeto de extensão *Trilhas Formativas em Políticas Educacionais*, o detalhamento de sua dinâmica revela um processo formativo plural e colaborativo, constituído por um público heterogêneo que inclui graduandos, pós-graduandos, pedagogos e professores da educação

básica, os quais acessam o projeto por meio de divulgação institucional, redes acadêmicas e indicações entre pares, evidenciando seu caráter aberto e formativo. A dinâmica dos estudos organiza-se a partir de encontros sistemáticos quinzenais, nos quais os textos são previamente selecionados pelos coordenadores do grupo, em diálogo com os objetivos formativos e com as demandas emergentes das discussões, cabendo aos participantes, de forma alternada, a elaboração de sínteses críticas que subsidiam os debates coletivos.

Essas produções são posteriormente sistematizadas pelos pesquisadores responsáveis, articulando os principais eixos analíticos e os sentidos produzidos, constituindo a base dos resultados apresentados no artigo. No que se refere aos impactos formativos, os participantes relatam que as reflexões desenvolvidas no âmbito do projeto contribuem, significativamente, tanto para a ampliação da compreensão crítica sobre o financiamento da educação, quanto para o fortalecimento de suas trajetórias acadêmicas e profissionais, seja para o aprofundamento teórico durante a graduação, seja para a qualificação da prática docente na educação básica, ou ainda como estímulo à continuidade dos estudos, em nível de pós-graduação, configurando a extensão universitária como espaço de formação crítica, produção de conhecimento e transformação social.

No âmbito dessas trilhas, foi criado o Grupo de Estudos em Financiamento da Educação, com o propósito de compreender os fundamentos históricos, legais e econômicos que estruturam a política de fundos no Brasil. Como destaca Martins (2019), a história do financiamento da educação brasileira é marcada por continuidades e rupturas, que remontam ao período colonial e evidenciam a ausência de uma política pública consistente até o século XX. Essa trajetória reforça o papel da universidade como espaço de produção e socialização de conhecimento sobre o financiamento educacional e seus impactos na justiça social.

A consolidação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), regulamentado pela Emenda Constitucional n.º 108/2020, representa uma das conquistas mais expressivas da política educacional brasileira. Conforme Gutierrez e Farenzena (2024), o novo FUNDEB introduziu mudanças significativas na lógica redistributiva, ampliando a complementação da União e criando três modalidades de repasse: o Valor Anual por Aluno FUNDEB (VAAF), o Valor Anual Total por Aluno (VAAT) e o Valor Anual por Aluno Resultado (VAAR). Essa reconfiguração buscou reduzir desigualdades entre redes e regiões, promovendo maior equidade. Contudo, as autoras alertam que o VAAR, ao vincular recursos a indicadores de desempenho, reflete a incorporação de elementos da Nova Gestão Pública (NGP), tencionando o princípio da equidade na distribuição de recursos educacionais.

Essa tensão se insere em um quadro mais amplo de políticas de financiamento educacional, no qual o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) tem papel central. A Meta 20 do PNE definiu a ampliação do investimento público em educação pública para 10% do Produto Interno Bruto (PIB) ao final do decênio, reconhecendo o financiamento como condição material da garantia do direito à educação (Fernandes; Santos, 2017). Entretanto, como destacam Amaral, Assis e Rolindo (2024), a execução dessa meta foi limitada por contextos políticos e econômicos adversos, especialmente após a aprovação da Emenda Constitucional n.º 95/2016, que impôs teto de gastos e reduziu a capacidade de expansão dos investimentos públicos em educação. O monitoramento do PNE evidencia que, em 2020, o Brasil aplicava cerca de 5,4% do PIB em educação, distante da meta intermediária de 7%, prevista para 2019.

O novo estudo de Amaral, Assis e Rolindo (2024) demonstra que, caso o Brasil desejasse al-

cançar níveis de qualidade próximos aos dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), seria necessário investir o equivalente a 14% do PIB, o que evidencia o enorme desafio de financiamento da educação pública brasileira. Para os autores, a proposta de destinar 10% do PIB no novo PNE 2024-2034, deve ser vista como meta mínima, indispensável para que o país alcance padrões adequados de qualidade e equidade no futuro.

A permanência de desigualdades na estrutura do financiamento educacional também é destacada por Bueno e Pergher (2017), ao analisarem a trajetória dos fatores de ponderação do FUNDEB entre 2007 e 2016. As autoras apontam que, embora as alterações buscassem corrigir distorções, os efeitos redistributivos foram insuficientes para reduzir as desigualdades entre etapas e modalidades de ensino. Essa constatação reafirma a importância da extensão universitária como espaço de debate público e formação crítica sobre o financiamento educacional, especialmente diante das novas condicionalidades introduzidas pelo FUNDEB permanente.

Como ressaltam Amaral *et al.* (2021), a aprovação do FUNDEB permanente, em 2020, ocorreu em meio a um cenário de “desconstrução e desfazimento” de políticas sociais, exigindo intensa mobilização da comunidade acadêmica, movimentos sociais e entidades representativas do magistério. A extensão universitária, nesse contexto, contribuiu como instrumento de resistência e de construção coletiva de alternativas, ao articular o conhecimento científico com o compromisso social da universidade.

Através do Grupo de Estudos em Financiamento da Educação, o projeto *Trilhas Formativas em Políticas Educacionais* se configura como uma experiência significativa de extensão universitária, voltada à formação cidadã e à democratização do debate sobre o financiamento público da educação básica. Por meio de encontros, leituras orientadas e discussões coletivas, o grupo tem promovido uma aproximação entre teoria e prática, viabilizando, assim, a associação da produção acadêmica com as realidades locais das redes públicas de ensino. Essa dinâmica tem possibilitado aos pesquisadores compreender o financiamento da educação não apenas como um aspecto técnico, mas como dimensão política do direito à educação e da justiça social.

Compreender as interfaces entre extensão universitária e financiamento da educação básica significa reconhecer o potencial da universidade como agente de transformação social. O desafio contemporâneo é articular redistribuição e equidade na efetivação do FUNDEB, ao mesmo tempo em que se fortalece o papel da extensão como prática educativa emancipatória, capaz de formar sujeitos críticos e engajados na defesa da escola pública e da democracia.

Diante disso, este artigo tem como objetivo revelar a experiência da extensão universitária na interlocução dos debates recentes sobre o financiamento da educação básica no Brasil, a partir do projeto de extensão *Trilhas Formativas em Políticas Educacionais*, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e do Grupo de Estudos em Financiamento da Educação. Nessa perspectiva, o estudo se propõe a articular o campo teórico do financiamento da educação vivido no projeto de extensão, revelando as reflexões surgidas que contribuíram para os processos formativos e potencializaram o compromisso público com a garantia do direito à educação e com a importância do financiamento da educação no Brasil, elemento estruturante para a promoção da equidade e da justiça social.

O artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. A primeira – “Abordagem metodológica histórico-dialética” – explicita os fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa, ancorados na perspectiva materialista histórica e no método dos Núcleos de Significação, adotados para a análise documental. A segunda – “Produção de sentidos sobre o financiamento educacional no Grupo de Estudos da UERN” – apresenta a experiência formativa do projeto de extensão *Trilhas*

Formativas em Políticas Educacionais, destacando as leituras, discussões e interpretações produzidas coletivamente sobre o financiamento da educação básica.

A terceira seção – “Resultados e discussão” – sistematiza e analisa os três núcleos de significação identificados, a saber: o financiamento como luta social pelo fundo público; a redistribuição como princípio de justiça educacional e a extensão universitária como mediação entre conhecimento e transformação social, interpretando suas contradições e implicações. Por fim, nas considerações finais, sintetizam-se as principais conclusões do estudo, reafirmando a relevância da articulação entre extensão e pesquisa na consolidação da universidade pública como espaço de resistência, emancipação e defesa do direito à educação com equidade social.

Abordagem metodológica histórico-dialética

Esta pesquisa adota a abordagem histórico-dialética como fundamento teórico-metodológico, por compreender que os fenômenos sociais, políticos e educacionais são resultantes de processos históricos, permeados por contradições, mediações e transformações. Inspirada na concepção materialista da história, desenvolvida por Karl Marx, esta abordagem parte do princípio de que a realidade social é dinâmica e se constrói nas relações entre sujeitos concretos, em contextos determinados pela produção e reprodução da vida material.

Conforme Marx e Engels (2007, p. 33), “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência”. Assim, compreender a educação e seu financiamento requer analisar as condições históricas e estruturais que os produzem, as relações de poder que os sustentam e os movimentos contraditórios que impulsionam sua transformação.

A perspectiva histórico-dialética, ao rejeitar a neutralidade da ciência, busca revelar as mediações entre o singular, o particular e o universal, elementos constitutivos da totalidade social (Kosik, 1976). No campo educacional, essa abordagem permite apreender o financiamento da educação básica como expressão de disputas políticas e econômicas mais amplas, nas quais se confrontam diferentes projetos de Estado e de sociedade. O método dialético não se limita a descrever a realidade, mas a compreendê-la em movimento, apreendendo suas contradições e possibilidades de superação. Nessa direção, o estudo considera que o FUNDEB e as políticas de redistribuição de recursos representam sínteses históricas de lutas sociais e de projetos políticos em disputa pela hegemonia no campo educacional.

Diante dessa abordagem metodológica, a pesquisa apresenta ainda natureza qualitativa, buscando compreender as significações atribuídas pelos sujeitos e instituições às práticas de financiamento da educação e às ações extensionistas. Essa abordagem possibilita interpretar o fenômeno em sua complexidade, considerando, entre outros aspectos, suas dimensões históricas, políticas e sociais. Conforme Pádua (2004, p. 62), a pesquisa qualitativa “tem como preocupação fundamental o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização ou de uma instituição, a partir da perspectiva dos próprios sujeitos que participam do fenômeno investigado”. Assim, parte-se do pressuposto de que a realidade social é dinâmica e dialética, e que os fenômenos educativos devem ser compreendidos a partir dos sentidos e contradições que emergem das práticas e discursos produzidos em seu contexto histórico.

Nessa perspectiva, optou-se pela análise documental, entendida não apenas como técnica de coleta de informações, mas como procedimento teórico-metodológico que permite compreender o

contexto histórico e ideológico no qual os documentos são produzidos. Segundo Cellard (2008, p. 295), “o documento é um testemunho que contém em si vestígios do passado e que permite apreender o movimento histórico das ideias e práticas sociais”. O estudo procura apreender, nos textos legais, acadêmicos e institucionais, as marcas das disputas e das intencionalidades políticas que permeiam o financiamento educacional.

Foram examinados textos acadêmicos relacionados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), ao Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e aos instrumentos de monitoramento e avaliação do financiamento educacional. Entre as principais fontes normativas analisadas, estão: a Emenda Constitucional n.º 108/2020; a Lei n.º 14.113/2020, que regulamenta o novo FUNDEB; e a Lei n.º 13.005/2014, que institui o PNE.

A análise dos documentos seguiu as orientações de Cellard (2008) quanto às etapas fundamentais da pesquisa documental, a saber: (a) definição do *corpus*; (b) exame da autenticidade e da credibilidade das fontes; (c) contextualização histórica dos materiais; (d) identificação das categorias de análise; e (e) interpretação dos conteúdos à luz do referencial teórico adotado.

Contudo, para apreender as significações emergentes no conjunto de documentos, foi utilizado o método dos Núcleos de Significação, conforme proposto por Aguiar e Ozella (2006; 2013), o qual se fundamenta na perspectiva histórico-cultural e dialética da psicologia marxista. Segundo Aguiar e Ozella (2006, p. 225), os Núcleos de Significação constituem um caminho metodológico que busca “desvelar os sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas práticas sociais, considerando o movimento histórico e contraditório do real”. Esse método possibilita compreender as múltiplas determinações e os sentidos construídos nos discursos e documentos analisados, superando a mera descrição de conteúdos. Na perspectiva dos autores, o núcleo de significação emerge da articulação entre as palavras, os contextos e as contradições sociais, constituindo, assim, uma totalidade de sentido que expressa tanto as determinações objetivas quanto as subjetivas do fenômeno estudado (Aguiar; Ozella, 2013).

A operacionalização do método dos Núcleos de Significação ocorreu em um movimento analítico-dialético, conforme Aguiar e Ozella (2006; 2013), desenvolvido em três etapas articuladas. A primeira consistiu na leitura e seleção do *corpus* documental, identificando expressões e contradições relacionadas ao financiamento da educação e à extensão universitária. A segunda se concentrou nas pré-indicações de sentido, agrupando trechos e ideias recorrentes em conjuntos temáticos provisórios. Foram construídos, a partir disso, os núcleos de significação – terceira etapa – resultantes da articulação entre esses sentidos e o contexto histórico-social dos documentos. Tais núcleos expressam as contradições e significados sociais atribuídos às políticas de financiamento educacional, evidenciando as tensões entre o discurso normativo e a realidade concreta da efetivação do direito à educação.

Essa estratégia analítica possibilitou identificar três núcleos de significação predominantes no *corpus* documental: (a) o financiamento como expressão da luta social pelo fundo público; (b) a redistribuição como princípio de justiça educacional; e (c) a extensão universitária como mediação entre conhecimento e transformação social. Tais núcleos orientaram a interpretação dialética dos dados, permitindo compreender como os discursos institucionais, normativos e acadêmicos refletem e tencionam as contradições históricas do financiamento da educação básica no Brasil.

A metodologia adotada reforça o caráter formativo e social da pesquisa, em diálogo com a extensão universitária, compreendida como prática educativa emancipatória e crítica. Ao adotar o referencial histórico-dialético e o método dos núcleos de significação, a investigação não apenas analisa documentos, mas problematiza o contexto social e político de sua produção, reconhecendo

o financiamento educacional como expressão concreta das condições de acesso, permanência e qualidade da educação pública no Brasil. Essa opção metodológica permite, portanto, compreender o financiamento da educação básica e a extensão universitária como dimensões indissociáveis da luta pela democratização do conhecimento e pela efetivação do direito à educação.

Assim, o método histórico-dialético orienta o olhar do pesquisador para além da aparência dos fenômenos, permitindo apreender a essência das relações sociais que os constituem. A análise documental empreendida neste estudo busca, portanto, revelar o movimento histórico e as contradições do financiamento da educação básica, evidenciando como o FUNDEB se constitui simultaneamente como instrumento de redistribuição de recursos e como expressão das disputas políticas pela gestão do fundo público.

Produção de sentidos sobre o financiamento educacional no grupo de estudos da UERN

Trilhas Formativas em Políticas Educacionais se revela como um processo formativo, crítico e coletivo de construção do conhecimento, no qual a compreensão do financiamento da educação transcende os limites da técnica e adentra ao campo das disputas políticas e ideológicas. As leituras e debates realizados pelos participantes, fundamentados em autores como Gutierrez e Farenzena (2024), Amaral, Assis e Rolindo (2024) e Bueno e Pergher (2017), permitiram problematizar as contradições entre redistribuição e equidade, bem como compreender o FUNDEB permanente como síntese de lutas históricas pela democratização do fundo público.

O grupo evidenciou que o financiamento da educação não se resume à alocação de recursos, mas expressa projetos de Estado e de sociedade em disputa, na medida em que o acesso e a qualidade da educação pública dependem diretamente das escolhas políticas sobre a destinação orçamentária. Nesse sentido, a produção de sentidos se orientou pela perspectiva histórico-dialética, desvelando o financiamento educacional como dimensão estruturante da garantia do direito à educação e à justiça social.

Ao articular teoria e prática, o grupo de estudos consolidou a extensão universitária como espaço privilegiado de formação cidadã e de resistência frente às tendências tecnocráticas e gerencialistas que marcam as políticas educacionais contemporâneas. As reflexões produzidas permitiram compreender o papel da universidade como mediadora entre o conhecimento científico e as demandas sociais, reafirmando o compromisso público da UERN com a defesa da escola pública e com a valorização dos profissionais da educação.

A partir da análise dos textos e documentos normativos, como a Emenda Constitucional n.º 108/2020, a Lei n.º 14.113/2020 e o Plano Nacional de Educação (2014-2024), os participantes desenvolveram uma leitura crítica sobre as relações entre o financiamento e a efetivação da equidade, reconhecendo a necessidade de ampliar a participação social nos debates sobre o fundo público. A produção de sentidos construídos no grupo expressa não apenas um exercício de apreensão teórica, mas uma *práxis* educativa emancipatória, na qual o conhecimento se constitui como instrumento de transformação social e de fortalecimento das lutas em defesa do direito à educação pública, gratuita e de qualidade.

O Quadro 1 apresenta a síntese analítica dos textos discutidos no Grupo de Estudos em Financiamento da Educação, integrante do projeto de extensão *Trilhas Formativas em Políticas Educacionais*. A sistematização busca evidenciar os principais eixos temáticos, contribuições e sentidos produzidos nas discussões coletivas, a partir da leitura de autores de referência no campo do financiamento educacional, a saber:

Quadro 1 – Síntese dos textos estudados no Grupo de Estudos em Financiamento da Educação

| Autor(es) /Ano | Título do artigo e revista | Eixo temático central | Principais contribuições analíticas | Sentidos produzidos nas discussões do Grupo |
|---------------------------|--|--|---|---|
| Paulo Sena Martins (2019) | Contexto histórico do financiamento da educação no Brasil. Revista Propuesta Educativa, n. 52, 2019. | Evolução histórica e marcos normativos do financiamento educacional. | Analisa a trajetória do financiamento desde o período colonial até a contemporaneidade, destacando a ausência de uma política pública contínua e a necessidade de um marco regulatório mais estável e equitativo. | O grupo compreendeu que o financiamento da educação brasileira é historicamente marcado por descontinuidades e desigualdades no que se refere ao financiamento e vinculação de recursos para a educação, o que exige compreender o fundo público como resultado de disputas políticas e históricas. |
| Paulo Sena Martins (2012) | O financiamento da educação no Legislativo. Revista FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação, v. 2, n. 8, 2012. | Papel do Poder Legislativo na formulação das políticas de financiamento educacional. | Evidencia o protagonismo do Legislativo em marcos como a vinculação de recursos, o salário-educação e o FUNDEB, contrapondo-se à visão de que o Congresso apenas ratifica decisões do Executivo. | As discussões enfatizaram o papel histórico do Parlamento na consolidação do direito à educação, destacando a importância da vigilância cidadã sobre o processo legislativo que define o financiamento educacional. |
| Fernandes e Santos (2017) | A Meta 20 do PNE 2014-2024: compromissos e desafios para o contexto do financiamento educacional. Revista FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação, v. 7, n. 3, 2017. | Planejamento nacional e metas de investimento público em educação. | Analisa a viabilidade de alcançar a Meta 20 do PNE, que prevê 10% do PIB para a educação, destacando as limitações político-econômicas e as responsabilidades federativas para sua execução. | O grupo refletiu sobre as dificuldades de efetivar a Meta 20, mesmo com a transição de governos de direita e esquerda e sobre como o subfinanciamento compromete o direito à educação pública e de qualidade. |
| Bueno e Pergher (2017) | Analisando a trajetória dos fatores de ponderação estabelecidos no FUNDEB (2007-2016). Revista FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação, v. 7, n. 6, 2017. | Equidade e critérios de redistribuição de recursos no FUNDEB. | Mostram que, embora o FUNDEB tenha buscado corrigir desigualdades, os fatores de ponderação mantiveram disparidades entre etapas e modalidades de ensino, limitando os efeitos redistributivos. | As análises permitiram reconhecer que a justiça educacional requer revisão dos critérios de ponderação, necessariamente levando em consideração as demandas de custo específicas de cada etapa e modalidade e ampliação do aporte da União para superar as desigualdades regionais. |

| | | | | |
|--------------------------------|--|---|--|--|
| Amaral et al. (2021) | O FUNDEB permanente em tempos de desconstrução e desfazimento: mobilização e um basta veemente. Revista Educação & Sociedade, v. 42, 2021. | Mobilização social e defesa do FUNDEB permanente. | Destaca a aprovação do FUNDEB permanente como conquista coletiva em meio a um contexto de retrocessos e ataques às políticas sociais, reforçando o papel da sociedade civil e da academia. | O grupo reconheceu a importância da mobilização social e do papel da universidade como espaço de resistência e formação crítica frente às ameaças ao financiamento público da educação. |
| Gutierrez e Farenzena (2024) | O novo Fundeb e a sistemática de redistribuição dos recursos. Revista FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação, v. 14, n. 17, 2024. | Estrutura redistributiva e condicionalidades do novo FUNDEB (EC 108/2020). | Analisa as três modalidades de complementação da União (VAAF, VAAT, VAAR) e discute as tensões provocadas pela vinculação do VAAR a indicadores de desempenho baseados na Nova Gestão Pública. | As discussões enfatizaram que o novo FUNDEB, embora amplie a complementação da União, incorpora critérios meritocráticos que tensionam o princípio da equidade no financiamento educacional, dando margem para a manutenção das desigualdades. |
| Amaral, Assis e Rolindo (2024) | 10% do PIB para financiar o PNE 2024-2034: o futuro da educação no Brasil. Revista Estudos em Avaliação Educacional (Fundação Carlos Chagas), v. 35, 2024. | Perspectivas para o novo PNE e sustentabilidade do financiamento educacional. | Demonstra que, para atingir padrões internacionais de qualidade, o Brasil precisaria investir até 14% do PIB em educação; defende a manutenção do patamar mínimo de 10% no novo PNE. | O grupo interpretou o texto como reafirmação de que o financiamento é condição material e política da qualidade educacional, destacando a necessidade de compromisso público com a valorização docente e a equidade. |

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos estudos realizados no projeto de extensão (2025).

O artigo “Contexto histórico do financiamento da educação no Brasil”, de Martins (2019), publicado na Revista Propuesta Educativa, ofereceu uma leitura crítica da trajetória do financiamento da educação brasileira desde o período colonial até a atualidade. O autor evidenciou que a ausência de uma política pública contínua e estável reflete o caráter desigual e excludente das estruturas sociais e econômicas do país. No grupo de estudos, esse texto fomentou reflexões sobre a natureza histórica das desigualdades no financiamento educacional, demonstrando que o fundo público é um espaço de disputa política, no qual se definem as prioridades do Estado com relação à educação como direito social.

No texto “O financiamento da educação no Legislativo”, publicado na Revista FINEDUCA, Martins (2012) analisou o papel do Poder Legislativo na formulação das políticas de financiamento educacional. O autor argumentou que o Congresso Nacional tem papel decisivo na consolidação de marcos normativos, como a vinculação constitucional de recursos e a criação de fundos, tais quais o

FUNDEF e o FUNDEB. No grupo de estudos, a leitura deste artigo destacou a importância da participação social e da pressão política sobre o Legislativo, enfatizando que a conquista de garantias financeiras para a educação é resultado de mobilização coletiva e de permanente vigilância democrática.

Por sua vez, o artigo “A Meta 20 do PNE 2014-2024: compromissos e desafios para o contexto do financiamento educacional”, de Fernandes e Santos (2017), publicado na Revista FINEDUCA, analisou a viabilidade da meta que estabelece o investimento de 10% do PIB em educação pública. Os autores demonstram que o cumprimento da meta esbarra em limitações estruturais, como o teto de gastos e a ausência de mecanismos efetivos de monitoramento. No grupo, a discussão enfatizou que o subfinanciamento educacional inviabiliza a efetivação do direito à educação de qualidade, revelando as contradições entre os discursos de equidade e as práticas de restrição fiscal do Estado.

O texto “Analisando a trajetória dos fatores de ponderação estabelecidos no FUNDEB (2007-2016)”, de Bueno e Pergher (2017), também publicado na Revista FINEDUCA, examinou os critérios de redistribuição de recursos adotados no FUNDEB, demonstrando que, apesar das intenções de equidade, as desigualdades regionais e entre modalidades de ensino persistem. A análise no grupo permitiu compreender que a justiça educacional depende da revisão dos fatores de ponderação e de ampliar a complementação da União, reforçando a necessidade de um financiamento mais sensível às diferenças territoriais e sociais.

O artigo “O FUNDEB permanente em tempos de desconstrução e desfazimento: mobilização e um basta veemente”, de Amaral *et al.* (2021), publicado na Revista Educação & Sociedade, analisou o processo de aprovação do FUNDEB permanente em meio a um contexto de desmonte das políticas sociais. O texto destacou a resistência de setores acadêmicos, sindicais e da sociedade civil como elemento central para a conquista da permanência do fundo. No grupo, o artigo foi interpretado como exemplo de que o financiamento educacional é também um ato político de resistência, e que a universidade tem papel fundamental na defesa do fundo público e na formação de sujeitos críticos.

No que se refere ao estudo “O novo Fundeb e a sistemática de redistribuição dos recursos”, de Gutierrez e Farenzena (2024), publicado na Revista FINEDUCA, este aprofundou a análise sobre a Emenda Constitucional n.º 108/2020 e as novas formas de complementação da União (VAAF, VAAT e VAAR). As autoras problematizam a vinculação do VAAR a indicadores de desempenho, interpretando tal vinculação como expressão da Nova Gestão Pública e de um viés meritocrático na distribuição de recursos. No grupo, o debate centrou foco na tensão entre eficiência e equidade, levando à reflexão de que o financiamento deve priorizar a redistribuição justa e o fortalecimento das redes mais vulneráveis.

Por fim, o artigo “10% do PIB para financiar o PNE 2024-2034: o futuro da educação no Brasil”, de Amaral, Assis e Rolindo (2024), publicado na Revista Estudos em Avaliação Educacional (Fundação Carlos Chagas), discutiu a necessidade de ampliar o investimento público para alcançar padrões internacionais de qualidade. Os autores defendem que 10% do PIB é o mínimo necessário para garantir a sustentabilidade do sistema educacional brasileiro e reduzir as desigualdades estruturais. No grupo de estudos, o texto foi lido como uma defesa contundente da educação como prioridade nacional e reforçou o entendimento de que a luta por mais recursos é indissociável da luta pela valorização dos profissionais da educação e pela efetivação do direito à aprendizagem com qualidade e equidade.

No âmbito do projeto *Trilhas Formativas em Políticas Educacionais*, a leitura integrada dos textos analisados pelo Grupo de Estudos em Financiamento da Educação permitiu compreender o

financiamento da educação brasileira como um processo histórico, marcado por continuidades e rupturas que expressam as contradições da sociedade capitalista e do Estado brasileiro. A perspectiva histórico-dialética evidencia que o financiamento educacional não é resultado de decisões técnicas neutras, mas de lutas políticas e sociais pela apropriação do fundo público.

Desde as análises de Martins (2012, 2019) – que situam o financiamento dentro de um percurso de desigualdades estruturais e disputas institucionais – até as contribuições de Fernandes e Santos (2017) e Bueno e Pergher (2017), observa-se um movimento de avanços e limites na consolidação de políticas que visam garantir o direito à educação. Os textos revelam que, embora o país tenha conquistado mecanismos como a vinculação constitucional de recursos e o FUNDEB, tais instrumentos permanecem tensionados por contextos de restrição fiscal, descontinuidade administrativa e desigualdades federativas que comprometem a efetividade da equidade.

Nesse movimento dialético, as produções de Amaral *et al.* (2021), assim como as de Gutierrez e Farenzena (2024) e Amaral, Assis e Rolindo (2024), atualizam o debate ao situar o financiamento educacional no contexto contemporâneo das reformas neoliberais e da Nova Gestão Pública, que reconfiguram o papel do Estado e introduzem métricas de desempenho como condicionantes para o repasse de recursos.

A análise conjunta dos textos evidencia que o FUNDEB permanente e o novo PNE 2024-2034 se constituem como sínteses de lutas históricas entre o público e o privado, e entre o social e o econômico, expressando tanto conquistas democráticas quanto novos desafios impostos pela lógica gerencial e meritocrática. O grupo de estudos, ao articular essas leituras sob a ótica histórico-dialética, produziu sentidos que reforçam o financiamento educacional como campo estratégico da luta pela justiça social e pela democratização do acesso e da qualidade da educação pública, reafirmando o papel da universidade como espaço de resistência e formação crítica frente às contradições do Estado e do capital.

Resultados e discussão

Sustentados pela perspectiva histórico-dialética, os resultados desta pesquisa revelam que o financiamento da educação básica no Brasil se constitui como expressão material das contradições sociais e políticas que perpassam o Estado capitalista. A análise dos documentos e textos estudados no Grupo de Estudos em Financiamento da Educação permitiu identificar três núcleos de significação articulados e interdependentes, quais sejam: (a) o financiamento como expressão da luta social pelo fundo público; (b) a redistribuição como princípio de justiça educacional e (c) a extensão universitária como mediação entre conhecimento e transformação social.

Esses núcleos refletem a totalidade concreta do fenômeno, expressando tanto os avanços históricos conquistados na política de fundos quanto os limites impostos por uma racionalidade econômica de orientação neoliberal. Conforme Aguiar e Ozella (2006, 2013), a construção dos núcleos de significação permite apreender a essência dos fenômenos sociais a partir das contradições entre o discurso e a prática, e entre a norma e a realidade vivida, possibilitando a superação da aparência imediata e o desvelamento das determinações históricas subjacentes.

O primeiro núcleo, o financiamento como expressão da luta social pelo fundo público, evidencia que o direito à educação pública e gratuita é resultado de disputas históricas e não de concessões estatais. Essa compreensão dialoga com as análises de Martins (2019), ao demonstrar que o finan-

ciamento da educação no Brasil é atravessado por continuidades e rupturas que refletem o conflito entre interesses privados e o bem comum. A Constituição Federal de 1988 e a criação de mecanismos, como o FUNDEF e o FUNDEB, representam conquistas históricas oriundas da mobilização social e da atuação de educadores, sindicatos e movimentos populares. Amaral *et al.* (2021) corroboram essa leitura ao destacarem que a aprovação do FUNDEB permanente foi fruto da resistência frente à tentativa de desmonte das políticas sociais, configurando-se como uma vitória coletiva em meio a um contexto de austeridade fiscal e avanço da agenda neoliberal. O financiamento educacional, na perspectiva dialética, assume caráter contraditório: é ao mesmo tempo produto de conquistas sociais e instrumento de controle do fundo público pelo Estado capitalista, que o subordina às lógicas de rentabilidade e produtividade.

O segundo núcleo, a redistribuição como princípio de justiça educacional, reafirma a centralidade da equidade na efetivação do direito à educação. Nesse sentido, autores como Bueno e Pergher (2017) e Gutierrez e Farenzena (2024) demonstram que, embora o FUNDEB tenha ampliado a redistribuição de recursos, a persistência de desigualdades regionais e o surgimento de novas condicionais, como o Valor Aluno Ano Resultado (VAAR), expressam a contradição entre a busca por justiça social e a adoção de parâmetros meritocráticos oriundos da Nova Gestão Pública.

Na leitura dialética, essa contradição não representa um impasse estático, mas um movimento que revela a tensão entre o universal e o particular: de um lado, a política nacional de financiamento, que busca garantir padrões mínimos de qualidade; de outro, a materialidade das condições locais, que expõem os limites da equidade formal. Fernandes e Santos (2017) reforçam que a ampliação do investimento público, prevista na Meta 20 do PNE 2014-2024, é condição material para a democratização da educação, mas que, sob o teto de gastos da Emenda Constitucional n.º 95/2016, a promessa de equidade se transforma em abstração. Assim, a redistribuição aparece como princípio ético e político, mas tensionada pela lógica fiscalista do Estado neoliberal, o que exige constante luta e vigilância social.

O terceiro núcleo de significação, a extensão universitária como mediação entre conhecimento e transformação social, materializa-se na experiência do projeto *Trilhas Formativas em Políticas Educacionais* como prática concreta de *práxis* emancipatória. Conforme Freire (1987), a *práxis* autêntica é o encontro entre a reflexão crítica e a ação transformadora, no qual o conhecimento se faz instrumento de libertação e não de adaptação. Nesse horizonte, o grupo de estudos atuou como espaço de formação política e crítica, articulando teoria e prática no enfrentamento das contradições que permeiam o financiamento educacional.

A universidade, enquanto *lócus* de produção de saber e de resistência, assume papel mediador entre o conhecimento científico e as demandas da classe trabalhadora, reafirmando o compromisso ético-político da educação superior pública com a transformação social. Essa concepção dialoga com Gramsci (2001), que compreende a educação como campo de disputa pela hegemonia, em que a produção do conhecimento crítico se opõe à reprodução da ideologia dominante. Assim, a extensão universitária, ao problematizar as políticas de financiamento e promover o debate público sobre o fundo educacional, consolida-se como dimensão prática da luta pela democratização do Estado e do fundo público.

Desse modo, os resultados indicam que os três núcleos de significação se articulam dialeticamente, revelando o financiamento da educação como uma totalidade concreta em permanente movimento, marcada por contradições históricas e sociais. A luta pelo fundo público, a busca por redis-

tribuição equitativa e a atuação da universidade como espaço de resistência configuram dimensões interdependentes de um mesmo processo: a construção histórica do direito à educação em meio às disputas pelo controle do fundo estatal.

Conforme Marx (2008, p. 67), a realidade social deve ser compreendida em sua dinâmica contraditória, pois “é no movimento da contradição que reside toda vitalidade e todo desenvolvimento”. Nessa mesma direção, Kosik (1976) afirma que compreender a realidade é apreender o movimento das contradições que a constituem, desvelando as mediações entre aparência e essência. Assim, o grupo de estudos, ao interpretar criticamente o financiamento educacional, não se limitou à descrição dos fenômenos, mas produziu sentidos orientados pela transformação, reafirmando a centralidade da educação como prática social e política e o papel da extensão universitária como expressão concreta da luta pela emancipação humana e pela justiça social.

Considerações finais

A análise realizada ao longo deste estudo evidencia que o financiamento da educação básica no Brasil é um campo marcado por profundas contradições, que refletem os embates entre projetos de Estado, de sociedade e de educação. A partir da perspectiva histórico-dialética, foi possível compreender que o financiamento educacional ultrapassa a dimensão técnico-administrativa e assume caráter político, econômico e ideológico, configurando-se como uma arena de disputas pelo fundo público.

Nesse contexto, a extensão universitária e a pesquisa emergem como instrumentos fundamentais para a construção de uma consciência crítica e para a produção de conhecimento comprometido com a transformação social. A articulação entre esses dois eixos formativos, materializada na experiência do projeto *Trilhas Formativas em Políticas Educacionais* e no Grupo de Estudos em Financiamento da Educação, reafirma a universidade pública como espaço de resistência, reflexão e intervenção frente aos desafios da redistribuição e da equidade no financiamento educacional.

A experiência extensionista revelou que a produção de sentidos sobre o financiamento educacional, quando mediada pelo diálogo entre teoria e prática, possibilita a superação da visão fragmentada das políticas públicas, permitindo compreender o FUNDEB, o PNE e demais instrumentos legais como sínteses de lutas sociais. Tais discussões necessitam ser ampliadas para além das universidades, quem sabe envolvendo o coletivo de professores que atuam na educação básica nos estudos dos próximos anos.

Tal assertiva ilumina a compreensão de que o financiamento da educação é produto de contextos históricos e de correlações de forças que determinam os rumos das políticas educacionais. Nesse sentido, o grupo de estudos se constituiu como um espaço de *práxis* na reflexão crítica e a ação transformadora, que se entrelaçaram para formar sujeitos conscientes de seu papel na construção do direito à educação. A indissociabilidade entre extensão e pesquisa não é apenas um princípio epistemológico, mas uma condição ontológica da universidade comprometida com a emancipação humana e a transformação social.

A interligação entre extensão, pesquisa e formação crítica permitiu compreender o financiamento educacional como um fenômeno histórico em movimento, atravessado por contradições entre redistribuição e eficiência, equidade e meritocracia, público e privado. A totalidade concreta é apreendida quando se desvela o movimento das contradições que compõem a realidade social.

A leitura dialética dos textos estudados, articulada às discussões no grupo, evidenciou que o

FUNDEB permanente e as metas do PNE 2024-2034 expressam tanto avanços na consolidação de políticas redistributivas quanto a introdução de mecanismos de controle gerencial, que reforçam a lógica da Nova Gestão Pública. Essa ambiguidade revela que o Estado brasileiro, ao mesmo tempo em que se apresenta como promotor da equidade, também reproduz as condições estruturais da desigualdade, subordinando o financiamento educacional às diretrizes econômicas e fiscais do capital.

A partir dessa compreensão, a universidade, por meio da pesquisa e da extensão, assume papel estratégico na produção de conhecimento crítico e na formação de sujeitos capazes de intervir na realidade. Gramsci (2001) enfatiza que a construção da hegemonia se dá pela disputa de ideias e pela formação de intelectuais orgânicos comprometidos com a transformação social.

Nessa perspectiva, a extensão universitária não se restringe à difusão do conhecimento acadêmico, mas se constitui como prática política que problematiza a realidade e fortalece o vínculo da universidade com a sociedade. O projeto *Trilhas Formativas em Políticas Educacionais* é, portanto, expressão concreta dessa função social, ao possibilitar que estudantes, docentes e profissionais da educação debatam criticamente o financiamento público e compreendam suas implicações na efetivação do direito à educação e na valorização docente.

A pesquisa desempenha papel igualmente essencial nesse processo, ao fornecer base teórica e metodológica para a compreensão das determinações históricas e econômicas que configuram o financiamento educacional. Por meio da análise documental e da utilização do método dos Núcleos de Significação, foi possível apreender as múltiplas dimensões que compõem o fenômeno: desde o financiamento como luta social até a extensão como prática emancipatória.

Essa articulação entre teoria e prática reafirma a relevância da pesquisa como instrumento de transformação, que não se limita a interpretar o mundo, mas busca transformá-lo, como defende Marx (2008). A produção acadêmica, nesse sentido, deve contribuir para a construção de políticas educacionais mais democráticas, fundamentadas na justiça social.

A extensão, ao se enraizar na realidade concreta das escolas e comunidades, e a pesquisa, ao sistematizar criticamente as contradições dessa realidade, formam um binômio que alimenta a *práxis* transformadora. Assim, a universidade cumpre sua função social ao promover a formação de sujeitos críticos e politicamente engajados, capazes de compreender e enfrentar os desafios históricos do financiamento educacional no Brasil.

Reafirma-se, desse modo, que o financiamento da educação, entendido na perspectiva dialética, é mais do que uma política pública: é uma expressão viva da luta pela democratização do Estado, pela valorização docente e pela efetivação do direito universal à educação pública, gratuita e de qualidade, socialmente referenciada.

Conclui-se, portanto, que a interligação entre extensão universitária e pesquisa, no estudo do financiamento da educação, é condição essencial para o fortalecimento da universidade pública como espaço de resistência e emancipação. Através dessa articulação, o conhecimento deixa de ser instrumento de reprodução e se torna prática de libertação.

Referências

- AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de; OZELLA, Sérgio. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 222-245, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932006000200006>.
- AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de; OZELLA, Sérgio. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 94, n. 236, p. 225-244, 2013. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.94i236.2121>.
- AMARAL, Nelson Cardoso *et al.* O FUNDEB permanente em tempos de desconstrução e desfazimento: mobilização e um basta veemente. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, e247741, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.247741>.
- AMARAL, Nelson Cardoso; ASSIS, Lúcia Maria de; ROLINDO, Joicy Mara Rezende. 10% do PIB para financiar o PNE 2024-2034: o futuro da educação no Brasil. **Estudos em Avaliação Educacional (Fundação Carlos Chagas)**, São Paulo, v. 35, e10580, 2024. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae.v35.10580>.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 out. 2025.
- BRASIL. Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020. Altera o art. 212 da Constituição Federal e acrescenta o art. 212-A, que dispõe sobre o FUNDEB. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 27 ago. 2020.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014.
- BRASIL. Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 25 dez. 2020.
- BRASIL**. *Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016*. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 dez. 2016.
- BUENO, Mariana; PERGHER, Letícia. Analisando a trajetória dos fatores de ponderação estabelecidos no FUNDEB (2007-2016). **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 7, n. 6, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22491/2236-5907v7n6a4>.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.
- FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola; SANTOS, Derli Juliano Neuenfeldt dos. A Meta 20 do PNE 2014-2024: compromissos e desafios para o contexto do financiamento educacional. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 7, n. 3, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22491/2236-5907v7n3a4>.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUTIERRES, Dalva Valente Guimarães; FARENZENA, Nalú. O novo Fundeb e a sistemática de redistribuição dos recursos. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 14, n. 17, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22491/2236-5907128908>.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARTINS, Paulo Sena. Contexto histórico do financiamento da educação no Brasil. **Propuesta Educativa**, Buenos Aires, n. 52, 2019.

MARTINS, Paulo Sena. O financiamento da educação no Legislativo. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 2, n. 8, 2012. DOI: <https://doi.org/10.22491/2236-5907v2n8a1>.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 6. ed. Campinas: Papyrus, 2004.